

ANÁLISE PSICANALÍTICA DA SEXUALIDADE EM SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

PSYCHOANALYTIC ANALYSIS OF SEXUALITY IN SUBJECTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

Débora Viana de Souza

Prefeitura Municipal de Ceres, Goiás, Brasil. E-mail: svianadebora@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v26i2.1765> Recebido em: 10.05.2024 Aceito em: 20.06.2024

Resumo: O presente artigo orientado pela psicanálise, procurou estudar a condição sujeitos com deficiência intelectual no desejo materno e os efeitos dessa interação na constituição de sua sexualidade. Ao nascer, a forma como a criança é acolhida pela mãe e inserida no meio familiar é determinante na constituição do sujeito, pois é a partir dessa relação pulsional que se pode ter condições de ser inserido no campo da linguagem, permitindo ao sujeito a sua inserção ao mundo comum. Dessa forma, a pesquisa visou analisar quais os efeitos e consequências quando a criança, pelo fato de sua deficiência, é imersa no campo do Outro materno, tornando-se um corpo de puro objeto, em que o seu saber só pode ser localizado no campo do Outro, seja no campo da medicina, bem como no campo materno. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre conceitos psicanalíticos, retomando alguns autores, como Jacques Lacan e Maud Mannoni, que permitem verificar a posição subjetiva desse sujeito através da fórmula Holofrase em relação ao Outro e o modo como esses sujeitos conseguem lidar com sua própria sexualidade. Assim, esse artigo procurou salientar pontos importantes na construção de um saber do campo sexual e a particularidade de sujeitos com deficiência intelectual nesse processo, pois a maneira como o sujeito é acolhido pela mãe é o que determina sua posição frente ao seu próprio desejo, limitando ou possibilitando sua condição de se relacionar como sujeito do desejo e, dessa forma, ter condições necessárias de vivenciar momentos de prazer com o Outro.

Palavras-chave: Psicanálise. Deficiência Intelectual. Sexualidade. Sujeito.

Abstract: This article, guided by psychoanalysis, sought to study the condition of subjects with intellectual disabilities in maternal desire and the effects of this interaction on the constitution of their sexuality. At birth, the way in which the child is welcomed by the mother and inserted into the family environment is decisive in the constitution of the subject, since it is from this pulsional relationship that it can be inserted into the field of language, allowing the subject to be inserted into the common world. In this way, the research aimed to analyze the effects and consequences when the child, due to their disability, is immersed in the field of the maternal Other, becoming a pure object body, in which their knowledge can only be located in the field of the Other, either in the field of medicine or in the maternal field. To this end, we carried out a bibliographical survey of psychoanalytic concepts, looking at some authors, such as Jacques Lacan and Maud Mannoni, who allow us to verify the subjective position of this subject through the formula Holofrase in relation to the Other and the way in which these subjects manage to deal with their own sexuality. Thus, this article sought to highlight important points in the construction of knowledge in the sexual field and the particularity of subjects with intellectual disabilities in this process,



since the way in which the subject is welcomed by the mother is what determines their position in relation to their own desire, limiting or enabling their condition of relating as a subject of desire and, in this way, having the necessary conditions to experience moments of pleasure with the Other.

Keywords: Psychoanalysis. Intellectual disability. Sexuality. Subject.

Introdução

Os temores frente à realização sexual do deficiente mental estão com frequência inspirados numa rígida e preconceituosa concepção da moral sexual que, no fundo, responde a uma tentativa de desconhecer o papel da sexualidade na vida humana (JERUSALINSKY, 1989, p. 173).

O tema sexualidade pode ser entendido de diversas formas, uma vez que resulta de um conjunto de fatores culturais. Em razão disso, dificilmente terá uma única e exclusiva definição. No entanto, se pode afirmar que sexualidade difere de sexo. Apesar de que ainda muitos a relacionam com o sexo, a sexualidade abrange dimensões socioculturais que envolvem papéis sociais, emoções, costumes e valores de uma determinada comunidade.

Ao analisar o tema sexualidade, e o processo de como o sujeito se estrutura a partir da sexualidade, o que intriga, hoje, é pensar acerca da sexualidade na deficiência intelectual e suas implicações e particularidades. Dessa forma, discutir a sexualidade na deficiência é fundamental, pois o não dizer e o velamento da mesma causa sofrimento psíquico, e é um obstáculo no desenvolvimento.

A sexualidade de pessoas com deficiência intelectual é um tema gerador de polêmicas, que envolve normas, valores e tabus culturais. Assim, é necessário investigar tal tema para que haja inclusão e possibilidade do sujeito a um novo lugar, resgatando desta posição em que o diagnóstico lhe aprisiona.

A presente pesquisa também situa os temores dos pais diante da prática ou manifestação sexual de sujeitos com deficiência intelectual e quais as consequências desse ato na vida desses sujeitos. Para orientar a pesquisa, buscamos subsídios teóricos em Maud Mannoni (1999), Alfredo Jerusalinsky (1999), Jacques Lacan (1985, 1988, 1998, 2003), Sigmund Freud (1996) e Elisabeth Miranda (2002).

Trabalhar a particularidade desse tema é de extrema importância, já que o lugar em que o sujeito com deficiência intelectual ocupa é uma posição determinada pela forma como o Outro (materno) acolhe em seu desejo. Portanto, o fato de possuir uma lesão orgânica impossibilita o sujeito de se relacionar com o sexo oposto. Dessa forma, ele fica preso a um gozo mortífero da mãe, sendo capturado como objeto no campo do Outro.

Portanto, aborda-se o sujeito na condição de objeto diante do saber do Outro. Recorremos a fórmula *Holófrase* para explicar os efeitos que podem vir surgir no sujeito. A debilidade mental entra como uma posição subjetiva diante do Outro materno, considerando que estar nessa posição impossibilita ao sujeito qualquer construção de saber que lhe seja próprio.

Sujeitos fora-do-sexo?

Neste artigo procura-se analisar os efeitos do lugar que, sujeitos com deficiência intelectual ocupam no desejo materno, e os efeitos desse desejo na constituição do sujeito. A partir desse desdobramento, abordar-se-á a importância da relação pulsional entre mãe e filho.

A intensidade libidinal que a mãe lança na relação com o seu bebê, se for baixa e econômica, pode vir ocasionar dificuldades no desenvolvimento da sexualidade do sujeito. Havendo dificuldades no estabelecimento de uma relação desejante pelo fato da existência de uma deficiência, a mãe terá problemas de pôr em jogo o seu desejo. A deficiência de uma criança pode estabelecer a posição subjetiva do sujeito no discurso materno, pois essa mãe não é uma mãe desejante na condição de mulher, e sim uma mãe que tem seu vazio materno preenchido pelo diagnóstico do filho. “Quanto mais a criança preenche a mãe, mais ela a angustia, de acordo com a fórmula, segundo a qual, a angústia decorre da ausência da falta” (SANTIAGO, 2005, p. 159).

O resultado dessa relação problemática será a condição de assujeitamento real ao Outro (materno) em que a criança fica aprisionada. Ela fica presa em um tipo de relação fantasmática com a mãe, o que a impossibilita de indagar o seu próprio desejo. Mannoni (1999), em seus estudos, aborda os efeitos dessa relação dual.

Vimos a que ponto a criança retardada e sua mãe formam, em certos momentos, um só corpo, o desejo de um confundindo-se tanto com o desejo do Outro, que os dois parecem viver uma única e mesma história. Essa história tem suporte, no plano fantasmático, um corpo atingido, por assim dizer, por ferimentos idênticos que adquiriram uma marca significante (MANNONI, 1999, p. 37).

Assim, percebe-se que, é através do desejo da mãe que a criança terá condições de se desenvolver e ocupar uma posição nas teias da sexualidade, pois é o desejo da mãe que fornece elementos necessários para que a criança possa se estabelecer no mundo. No entanto, conforme Mannoni (1999), no momento em que não existe desejo na relação entre mãe e filho, o resultado será a fusão de corpos, ou seja, uma estreita ligação entre mãe e filho, e a debilidade mental como déficit entra como uma possível posição do sujeito diante dessa relação com o grande Outro.

O conceito de debilidade mental é explicado pela psiquiatria. Seu objetivo, inicialmente, era classificar pessoas que apresentavam um déficit menor em sua capacidade intelectual. Porém, com os estudos de Mannoni (1999) e sua prática clínica, o termo ganha uma dimensão teórica no sentido de considerar todo o contexto social do sujeito, levando em consideração a relação primordial entre mãe e filho. Para a autora, a debilidade mental, independentemente de ter uma etiologia orgânica, está estritamente relacionada com a fantasia materna, ou seja, depende da forma como a mãe acolhe o seu filho.

Se a debilidade for concebida apenas como um déficit capacitário ela isola o sujeito em sua deficiência. Procurando para a debilidade uma causa definida nega-se que ela possa ter um sentido, quer dizer uma história, ou que ela possa corresponder a uma situação (MANNONI, 1999, p. 39).

Diante dessa nova escuta clínica proposta por Mannoni (1999), Lacan (1988b) interessado pela obra da autora, começa a trabalhar em seu *Seminário 11* o termo debilidade, utilizando a fórmula Holófrase para explicar a ligação entre mãe e filho, e a relação de significantes que existe entre eles. Para o autor, a debilidade é o próprio efeito da Holófrase, pois a dupla de significantes

S1 e S2 se aglutinam, não havendo uma separação com efeito de um sujeito dividido, e como resultado o sujeito fica representado no campo de desejo do Outro.

Nessa direção, Prado (2005, p. 162) esclarece:

Na holófrase o sujeito se confunde com sua mensagem, que se apresenta demasiadamente pobre na fala do sujeito. Posto que o discurso é o discurso do outro, e, é no campo do Outro que o sujeito vai buscar a significação da divisão, operada pela função do Nome-do-Pai, impondo o inervá-lo necessário para a articulação da cadeia significante. Então o que ocorre no caso da debilidade? O primeiro par de significantes se solidifica, impede o intervalo entre S1 e S2, e o sujeito fica então elidido. A binariedade (que garantiria a divisão do sujeito, instituindo o vazio de significação que o levaria a buscá-la na articulação significante) não se apresenta no sujeito débil, então, ele não pode representar sua demanda com um único significante, um S1 que lhe seja, absolutamente, próprio ou inerente, e, ao buscar no Outro, no código da língua, um significante S2 para inscrever seu S1, uma parte de si mesmo, por esse movimento, permanece alienada.

Como se percebe na fórmula Holófrase, a posição que o sujeito ocupa com deficiência intelectual independente de sua estrutura clínica; é de suporte. Ao ser conduzido por esse caminho, a debilidade como resultado dessa escolha “forçada” leva o indivíduo a uma redução subjetiva. Suas conquistas frente ao Outro resumem- no a uma condição infantil e a uma exclusão do mundo “adulto”, causando um aprisionamento de seu próprio corpo na demanda do Outro. Os efeitos dessa posição são a submissão ao objeto de falta ao Outro (materno).

Miranda (2002) discute em seus estudos a posição subjetiva do débil diante da falta materna. Para a autora, o débil vem como suporte da mãe, na medida em que ele próprio impede que a mãe entre em depressão, já que ela não tem um desejo suficientemente referido ao falo em relação ao seu filho. Dessa forma, o filho se vê obrigado a agarrar-se a demanda que vem dela, porém é uma demanda que vem de forma obscura, e ele, nada podendo fazer, reproduz aquilo que vem da mãe. Ademais, “o débil de maneira caricatural, repete os enunciados dos outros para falar de si mesmo” (SANTIAGO, 2005, p. 166).

Essa posição que o sujeito ocupa em relação ao Outro permite pensar quais os efeitos que podem causar no sujeito quando o assunto se refere à própria sexualidade, pois tais interferências podem vir a ser grandes obstáculos para o desenvolvimento do próprio indivíduo, e este permanecer na “posição do sujeito radicalmente submetido à demanda do Outro, tomada no sentido literal” (MIRANDA, 2002, p. 35), o impossibilita de muitas coisas, uma delas se apropriar do corpo, tornando-se um sujeito desejanste.

Freud (1996) relata o percurso do desenvolvimento sexual e a construção das primeiras teorias sexuais infantis que a criança constrói acerca do seu corpo e do corpo do Outro. O autor observa que no primeiro momento não é a diferença sexual que prevalece ou que é prioridade, e sim a curiosidade “*De onde vem os bebês?*”? Pode-se dizer que é através desse questionamento e busca para decifrar o enigma da “cegonha” e do nascimento que a constituição sexual se dá. No entanto, Freud (1996) esclarece que nesse processo de investigação é aos pais que as crianças interrogam para receberem uma resposta satisfatória, pois elas os têm como fonte maior de conhecimento.

A investigação sexual desses primeiros anos da infância é sempre feita na solidão; significa um primeiro passo para a orientação autônoma no mundo e estabelece

um intenso alheamento da criança frente as pessoas de seu meio que antes gozavam de sua total confiança (FREUD,1996, p. 186).

As respostas vindas dos pais não são suficientes e são insustentáveis, já que as mudanças no corpo da mãe são notórias e intrigantes, surgindo, então, a descoberta, o conhecimento e reconhecimento anatômico entre homem e mulher. Esse movimento na infância leva a criança a sua própria independência, como diz Freud (1996), possibilitando a construção de um saber e a supor que também existe uma falta no Outro. Interrogando o Outro, aponta para a própria falta do Outro. Porém, quando o indivíduo está na posição de débil, ele fica impossibilitado de interrogar o saber que vem do Outro, tornando-se refém do discurso parental.

Miranda (2002, p. 36) acrescentam que “Colar-se aos ditos do Outro, independente do que isso possa implicar, já que o próprio discurso não é instrumento para a produção de outra coisa e sim, cópia e novamente cópia de ditos”. A autora levanta a hipótese de que a criança, diante da posição que a própria debilidade impõe, sua pesquisa sexual é algo inacabado, não tendo nenhum direcionamento logo a seguir. Então, o sujeito não consegue processar nenhuma informação relacionada a isso, ficando impossibilitado de formular qualquer saber diante dessa situação, e o lugar que lhe cabe ocupar é de “infantilidade”, preso ao campo do Outro, lugar onde ele somente pode ser representado.

É importante destacar que pessoas com deficiência intelectual, no decorrer da sua história e no seu desenvolvimento biológico, passaram por intervenções médicas, fisioterápicas e corretivas. Experiências que, em seu percurso, lhe deram um lugar, do qual o estudo da doença é o melhor meio para a aquisição de um saber sobre o seu próprio corpo. Diante disso, os pais “aprisionam” seus filhos, colocando-os em um lugar de eterna criança, embora tenham um corpo de 20, 30 ou 40 anos. Aprisionado neste lugar, não resta outra possibilidade do que servir ao Outro.

[...] ele se identifica com esse lugar que ele não é inteligente, que não pode suportar ler entre as linhas a falha do outro. [...] para ele ler entre as linhas, é preciso poder suportar a suspensão da suposição do reflexo do corpo. Este é o real impossível de suportar para o sujeito débil (LAURENT,1991, p. 133).

Como se percebe, existe toda uma relação no contexto da medicina como nas relações interpessoais do sujeito que ocupa a posição de debilidade, pois ele se coloca como objeto diante do Outro, convocando “o Outro fazer suplência de saber diante de sua falha” (PAGORELLI *et al.*, 2016, p. 31). Ao permanecer nesse lugar, o sujeito não consegue construir sua investigação sexual e nem se apropriar de um saber que lhe seja próprio, visto que, aquilo que moveria o sujeito para a construção desse conhecimento, é o próprio desejo do Outro primordial, na condição que este Outro é um ser faltante. O sujeito só se torna desejante na medida em que é capaz de interrogar o Outro, para a aquisição do seu próprio saber. Porém, a tendência do débil, como explica Alberti e Miranda (2002) é que para não descompletar o Outro materno, o indivíduo permanece de forma exilada quanto ao seu próprio desejo.

O S1 da identificação imaginária do sujeito e o S2 do saber são reunidos e passam a fazer o Um do débil, não permitindo que nada de diferente se inscreva entre eles, justamente porque ambos ficam amarrados, designados ao próprio sujeito, como determinado pelo próprio par de significantes, o lugar de entre - ele os discursos. E é justamente por estar entre os discursos que a própria verdade fica comprometida, pois lá onde o débil a denuncia, ele não a diz, por não poder perceber que ela sempre é meio-dizer (ALBERTI; MIRANDA, 2002, p. 45).

O efeito da Holofrase pode ser compreendido pela inoperância da metáfora paterna. É através do significante Nome-do-pai que a criança terá condições necessárias para lidar com o Outro em uma relação dita faltosa. Considerando também que é o pai, como função, que interdita a mãe em seu momento incestuoso. Todavia, a criança não pode ser objeto absoluto da mãe, e, para isso, a mãe precisa desejar outras coisas. Nesse momento, o pai intervém de uma maneira que ele próprio saiba lidar com a feminilidade.

Não havendo a entrada desse terceiro na relação mãe e bebê, para que possa gerar uma falta, complicações surgem na constituição do desejo, pois é somente através da falta que a criança poderá tornar-se um sujeito desejante. Lacan (2003, p. 49) vai chamar de falta na estrutura do sujeito como furo simbólico. “o furo é onde se pode reconhecer o recalçamento em si”. Somente com a falta que o sujeito irá tentar tamponar, utilizando-se da linguagem o furo no simbólico.

Na debilidade, o pai como agente da castração não consegue interditar o desejo da mãe, que, ao gerar a criança, permanece petrificada no papel de mãe, impedindo que se opere nela a divisão mãe/mulher, operação necessária para dar lugar ao desejo da criança e da mulher. A criança, não se inserindo no universo simbólico não busca novos objetos e significações, permanece como objeto-sutura-da-castração-materna (PRADO, 2005, p. 32).

O pai é aquilo que o sujeito tem como referência na possibilidade do alcance daquilo que o sujeito pode vir a ser, pois é através do Nome-do-pai que a maior satisfação do bebê com sua mãe cai. A experiência entre ambos passa a existir fora do simbólico, como objeto perdido, causando o desejo no sujeito.

No caso da debilidade, o pai fica impossibilitado de interditar o desejo da mãe, torna-se insuficiente de tal maneira que claudica. Dessa forma, a mãe, que não é uma mãe que deseja enquanto mulher, porque “o seu desejo se apresenta de forma obscura e não é significado pelo Nome-do-Pai” (ALBERTI; MIRANDA, 2002, p. 42), acolhe aquele bebê de forma em que ele é apenas suportado por ela. Diante desse trama parental, sem muito o que fazer, a criança se propõe, então, pelo viés do imaginário a preencher a demanda da mãe, que vem de forma obscura e enigmática. A criança sustenta um lugar de objeto, “ela aliena em si mesma todo acesso da mãe a sua própria verdade, dando-lhe corpo, existência e mesmo exigência de ser protegida” (LACAN, 2003, p. 374). Assim, é a própria criança encarnada na posição de débil que começa a dar corpo e sentido para tudo aquilo que diz respeito à mãe, incluindo seu sintoma.

O sujeito débil, como suporte, encobre a falta da mãe, já que o desejo dela surge de forma obscura, e ele não tem ferramentas que pudessem lhe proporcionar um outro caminho que não fosse da debilidade. O suporte que daria condições para saber sobre o enigma da mãe, e que esta mãe é uma mãe castrada, é a metáfora paterna. No entanto, como se observa nos casos de debilidade, a amarragem do Nome-do-pai não é o suficiente, e a criança, ao contrário de propor a saber sobre seu próprio desejo, se coloca na posição de débil, preenchendo a falta que vem do campo do Outro pelo viés do imaginário, oferecendo seu corpo como objeto.

No lugar de permitir a questão: o que o Outro quer de mim? a debilidade é uma significação para o desejo da mãe, forma de apreender o desejo via um significante holofrático, ao qual o sujeito dá significação imaginária pelo viés de seu próprio corpo – eis como se oferece. Daí não surge quaisquer questão (ALBERTI; MIRANDA, 2002, p. 43).

Che vuoi? O que quer você de mim? O que deseja além de mim? Essa pergunta diz

do vazio frente ao enigma do desejo do Outro, relacionada com o próprio lugar que o sujeito ocupa no desejo do Outro, afirmando que é somente “pelo significante da falta constitutiva que o sujeito será representado para todos os outros significantes” (CARDOSO, 2013, p. 67). Ou seja, é diante da castração materna, e da possibilidade de responder a esse enigma, tendo como referência o Nome-do-pai, que o sujeito tem condições de lidar com Outro, como sujeito desejante, conseguindo articular sua fantasia ao responder o *Che vuoi?* No entanto, como menciona a citação acima, na debilidade essa possibilidade fica interrompida pelo fato de que o sujeito não consegue formular a questão fundamental da constituição da sua fantasia, conseqüentemente da sexualidade, visto que o desejo é regulado a partir da fantasia, campo onde o afeto e as relações com o outro pode se entrelaçar.

Então, questiona-se: São sujeitos fora-fora do sexo, visto que a construção da fantasia está comprometida, não havendo identificação. Costa e Bonfim (2014, p. 238) recorrem aos seminários de Lacan para falar sobre a importância do falo na estrutura e a identificação do sujeito diante o próprio falo:

Lacan (1998 [1958]) demarca bem que o falo tem uma função constitutiva, pois introduz o sujeito em sua existência e em sua posição sexual. Isso só pode ser apreendido, diz ele, se o tomarmos como um significante indispensável pelo qual o desejo do sujeito é reconhecido como tal, quer seja homem ou mulher.

Como salientam Costa e Bonfim (2014), só é possível ter uma posição sexual através do significante fálico. Por meio dele, o sujeito pode ordenar todo o campo da sexualidade, fantasia e gozo. Através desse significante, que se pode, então, formular um corpo de gozo e situar-se nas fórmulas da sexuação propostas por Lacan (1985), identificando-se como todo-fálico ou não-todo. Somente a partir da significação fálica, o sujeito poderá tomar uma posição frente ao sexual e, assim, se articular diante do desejo do grande Outro, dando lugar ao seu gozo, pelo fato de conseguir simbolizar as teias da sexualidade, pelo falo. “A relação do sujeito com o Outro será regida, assim pela demanda, que será de amor e gozo, regulada pela fantasia ($\$ \diamond a$) e marcada pelo significante da falta” (CARDOSO, 2013, p. 69).

Como se percebe, o falo é um dos conceitos fundamentais na história da Psicanálise. É conhecendo-o que se pode falar da estruturação sexual, tanto na dimensão feminina quanto na dimensão masculina. Para Freud (1996), o falo sempre foi um dos termos mais importantes para a teoria da libido, sendo responsável pela organização da sexualidade. No entanto é com Lacan (1988a) que o falo ganha um sentido de função significante e passa a ser articulado com o pequeno objeto *a* em sua teoria. “Lacan faz dele o próprio significante do desejo” (ROUDINESCO, 1998, p. 221).

Conhecendo o falo, no sentido significante de função, é possível articular a condição fálica do sujeito com o seu desejo, pois é em função disso que a sexualidade na deficiência intelectual relacionada com a debilidade, lugar que o sujeito ocupa no desejo materno, que todo saber sexual desliza. Se a criança não está referenciada ao falo, o desejo da mãe enquanto grande Outro é incerto diante do filho com “defeito”, e assim o filho fica em uma posição alienada ao seu próprio desejo.

[...] é aquela mãe que deseja pouco, ou mal, enquanto mulher. Sobressai então a vertente da relação do amor materno, marcada pelo engodo da anulação da falta da mulher enquanto tal, em que a criança se confunde com um objeto que teria o mesmo estatuto do objeto fetiche, ao denegar a castração da mãe (SANTIAGO,

2005, p. 160).

Como dizem Costa e Bonfim (2014), é somente com o significante fálico que se pode dar início ao percurso pelo saber sexual. Através da significação fálica que todo sujeito pode situar-se na partilha dos sexos e escolher entre ser homem ou mulher.

É, então, no *Seminário 20* que o ensino lacaniano irá formalizar, com as fórmulas quânticas da sexuação, que a sexualidade provém da função fálica (função jx); situar-se de um lado ou de outro, depende da maneira como o sujeito está assujeitado a ela: todo-fálico ou não-todo referido ao falo (COSTA; BONFIM, 2014, p. 241).

Diante disso, estar em uma condição alienante em fixação com a debilidade introduz o sujeito a um campo em que é impossível sustentar seu próprio desejo. Mas, essa condição não impede que esse sujeito possa vir experimentar uma relação com o outro. Porém, a questão que fica é: “Como seria a sexualidade na deficiência intelectual, considerando que este sujeito também ocupa a posição de débil?”

A inibição da curiosidade sexual de indivíduos com deficiência intelectual funciona como uma trava na fantasia. O saber sobre a sexualidade se rege a partir do ordenamento simbólico-cultural. Entretanto, o temor dos pais em relação a esse assunto, ao abordá-lo com seu filho, constitui na família aspectos perturbadores que, através do olhar, o silêncio e o espanto transmitem para o sujeito um lugar que lhe cabe no futuro, de eterna criança que não possui sexualidade.

Então, os pais exercem um papel de vigilância e intromissão nos momentos de privacidade desses indivíduos, intervindo naquilo que seria a construção de um espaço de saber sobre seu próprio corpo. No entanto, essa preocupação excessiva dos pais, nos casos de debilidade, revela que uma vez o corpo desses sujeitos sendo objeto de controle desses pais, quando entra em desalinhamento com aquilo que os pais propõem causa certa ameaça no campo do Outro. Como afirma Bruno (1986, p. 39):

Os débeis se caracterizam por certa resistência sustentada, as vezes genial, contra tudo que poderia questionar a veracidade do Outro do significante, para poder precaverem-se melhor das dúvidas que assaltam no concernente ao Outro.

Porém, o orgânico do corpo está em desenvolvimento e não está desvinculado do psiquismo, e, querendo ou não, essas mudanças corporais provocam em qualquer sujeito um estranhamento de si mesmo. Então, de alguma forma, sujeitos com deficiência intelectual têm que se haver com isso.

Os temores frente à realização sexual do deficiente mental estão com frequência inspirados numa rígida e preconceituosa concepção da moral sexual que, no fundo, responde a uma tentativa de desconhecer o papel da sexualidade na vida humana (JERUSALINSKY, 1999, p. 173).

No entanto, ocupar o lugar de sujeitos assexuados, ou de indivíduos que possuem uma sexualidade exacerbada, pelo fato de que os pais evitam que seus filhos exercem algum tipo de sexualidade é sufocante. No nível de estrutura clínica, eles ficam impossibilitados de produzir quaisquer saberes referentes à diferença sexual. A única possibilidade é a repetição de um saber que vem dos pais ou de outras pessoas próximas no seu contexto social. Dessa forma, quando se trata de impulsos sexuais, esses sujeitos não sabem lidar com seu copo porque esse mesmo corpo está representado e falado no campo do Outro. Portanto, aquilo que vem do próprio sujeito são

palavras aleatórias que nada têm a dizer sobre ele próprio. Sem essa possibilidade de fazer laço social, a partir do seu saber, os sujeitos são ditos como pessoas que não possuem controle da sua sexualidade.

Os pais, em relação a isso, permanecem a um nível de faz de conta em que nada acontece em nível de desejo e sexual.

Enquanto o adolescente normal necessita apenas que ele próprio se autorize a satisfazer seus desejos, o adolescente deficiente mental precisa que seus pais, professores e responsáveis se autorizem a si mesmos legitimar seus próprios desejos para, só assim poder pensar a legitimidade dos desejos de seus filhos e alunos (SCHMIDT, 1996, p. 76).

Dessa forma, o sujeito, na posição de débil, identificado e congelado pelos significantes da mãe, permanece em um contexto em que é o Outro (materno) que conduz suas demandas. Para que este sujeito se aproprie do seu corpo e construa saberes relacionados à sexualidade, se faz necessário o aparecimento do sujeito do inconsciente. Porém, a ocorrência de tal movimento deixaria a mãe descompleta, causando constrangimento na própria mãe. Então, a problemática que constrói-se é “De que forma esse sujeito se sustentaria na posição de sujeito desejante, apontando para a castração da mãe e assim pertencer ao campo da sexuação?”.

A resistência dos pais diante da sexualidade de seu filho gera um sofrimento no filho. Por isso, muitas vezes, há produção de sintomas, tais como masturbação compulsiva, exibicionismo, conversões, somatizações etc. Essa dificuldade está estritamente ligada com o fato de que não foram realizadas operações simbólicas na relação mãe e filho, e por estar preso no campo de Saber do Outro. O próprio sujeito fica impossibilitado de realizar uma articulação de significantes, dada pela significação fálica para a construção de um saber. Por isso, os sintomas, tais como a masturbação excessiva, está no campo do real.

Considerações finais

Este artigo teve como princípio o estudo da condição de sujeitos com deficiência intelectual no desejo materno e os efeitos dessa relação na produção de um saber do próprio sujeito em relação à sua sexualidade.

O diagnóstico da “deficiência” na relação de mãe e filho bloqueia o olhar de identificação que essa mãe teria sobre o seu bebê. Dessa forma, a identificação no campo do desejo fica fragilizada. A mãe não lança expectativas sobre o futuro daquele bebê. Assim, toda a forma de interpretação de demanda que possa vir fica comprometida, já que não se pode se esperar nada daquele bebê.

A função materna, que daria suporte para este primeiro momento da estruturação do infans, fica comprometida. Desse modo, toda relação pulsional entre mãe e filho passa a ser regida pelo diagnóstico do filho, sendo que é a mãe como função materna, através do seu desejo, que irá representar aquele filho em seu discurso, emprestando seus significantes, dando-lhe um lugar ao mundo.

O bebê, inserido na linguagem da mãe, tem condições de construir a sua linguagem como função. Portanto, se o bebê não é localizado no campo de desejo da mãe, ele não consegue adquirir dispositivos necessários para o seu desenvolvimento, de maneira que fica preso em uma

relação fantasmática com a mãe, pois somente com o desejo da mãe que o bebê tem condições de avançar etapas na constituição, sendo uma delas a construção de uma imagem corporal unificada e aquisição de um corpo de pulsão que, mais tarde, levará a criança à construção de sua sexualidade.

Cabe ressaltar que nessa relação apresentada, a entrada de um terceiro, que é o pai, enquanto função simbólica, é de extrema importância, pois a entrada do pai, com a substituição do desejo da mãe pelo significante Nome-pai, permite que a criança escape do gozo devorador da mãe. Essa operação é a referência necessária que a criança tem para alcançar o campo do desejo, permitindo o acesso para sua posição sexual. No entanto, esse movimento, em casos de crianças com deficiência, possui suas peculiaridades, pois recoloca a mulher em processos não (re)formulados por ela, diante de sua própria castração e angústia materna, uma vez que, que a função paterna não permite que esse filho seja tomado como exclusividade fálica da mãe, interrompendo a relação incestuosa.

De acordo com os autores, a debilidade é tida como uma posição subjetiva, em que o sujeito se situa como suporte do desejo da mãe. Cabe ao sujeito um assujeitamento, submetendo-se a todas as demandas vindas pelo Outro. Com efeito, a debilidade não basta de uma identificação no campo do Outro, em que o sujeito só pode ser representado e falado neste campo. Dessa forma, estar nessa posição impossibilita o sujeito na construção de um saber que lhe seja próprio, pois a tendência do débil é se oferecer como objeto, convocando o Outro para que lhe diga de um saber sobre sua própria falta.

O sujeito preso aos enunciados do Outro não é permitido que ele próprio possa interrogar sobre seu próprio desejo e, assim, processar sua pesquisa sexual. Qualquer saber só é possível de ser apreendido através da repetição que vem da relação de saber com o Outro. Porém, quando se fala em saber sexual na deficiência, toda construção de um conhecimento sobre seu corpo e sua sexualidade não é possível, restando ao sujeito esperar alguma informação que venha de seus pais.

Mas, diante da sexualidade do seu filho com deficiência, os pais assumem um papel de vigilância e todo saber sobre a sexualidade é velado, pois os pais têm seus filhos como objeto, no qual somente eles possuem um saber a dizer sobre aquele corpo. Esse lugar que os pais ocupam no desenvolvimento biológico dos filhos é um lugar de intromissão, mas é também um lugar que foi construído pelo fato de que naquele filho o diagnóstico da deficiência resume o sujeito. Portanto, sem lançar nenhuma expectativa, o sujeito é reduzido a mero objeto a ser cuidado, manipulado de acordo com as demandas vindas do campo do Outro.

A sexualidade depende da moral e da compreensão dos pais, uma vez que o indivíduo com deficiência intelectual, ocupando a posição subjetiva de débil, permanece em um gozo. Em gozo, oferece seu corpo para o Outro gozar. Dessa forma, sair desse lugar, em que somente o Outro detém o saber sobre o seu desejo, é, também, desmascarar toda insuficiência da mãe, apontando para sua castração. Porém, o estudo ressaltou que não foi a questão da sexualidade no sentido de uma realização sexual ou uma aproximação genital, mas sim, a sexualidade no sentido de vivenciar experiências com o Outro, tanto de carinho, abraços etc.

Não cabe aqui decidir se o sujeito com deficiência intelectual deve compartilhar dos gozos sexuais ou sensações genitais. Cada um sabe até onde o seu desejo o conduz. Então, se faz necessário questionar a importância que o contato com o Outro tem e de que forma. Sujeitos

na posição de debilidade podem se apropriar do seu corpo sem ficar refém de tabus que o meio, por desconhecer e ter dificuldades, constrói acerca da sexualidade do sujeito com deficiência intelectual.

É preciso pensar em um caminho maduro, desmitificando tabus que possam intervir nessa relação que esses indivíduos têm com suas famílias, oportunizando um espaço para a construção de um saber que possa fazer laço social e, assim, se relacionar de forma “saudável” com o Outro, colocando-se como potente de si mesmo, tornando-se sujeito de desejo.

Referências

- ALBERTI, S.; MIRANDA, R. E. da. A debilidade Mental na estrutura. **Revista Psychê**, São Paulo: Universidade São Marcos, v. VI, n. 9, p.33-53, 2002.
- BRUNO, Pierre. À côté de la plaque. In: **Ornicar?**, Paris: Navarin, n. 37, p. 38-65, 1986.
- CARDOSO, Ubirajara Cardoso de. **A pertinência pública do ato analítico**: a relação de Solidariedade do inconsciente e o sujeito da esfera pública. Curitiba: Juruá, 2013.
- COSTA, Ana. BONFIM, Flávia. **Um percurso sobre o falo na psicanálise**: primazia, querela, significante e objeto a. Rio de Janeiro, 2014.
- FREUD, Sigmund (1914-1916). Sobre o Narcisismo: uma introdução. In: **A história do Movimento Psicanalítico**: artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. V. XIV.
- JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**. 2. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- LACAN, J. (1972-1973). **O seminário**: Livro 20: Mais, ainda. Versão Brasileira de M. D. Magno. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, J. (1956-1957). **O seminário**: Livro 4: A relação de objeto. Versão Brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988a.
- LACAN, J. (1964). **O seminário**: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Versão Brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988b.
- LACAN, J. (1969). Nota sobre a criança. In: **Outros escritos**, Versão Brasileira: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LAURENT, E. O gozo do débil. In: MILLER, J. (Org.). **A criança no discurso analítico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 131-135.
- MANNONI, Maud. **A criança e sua doença e os Outros**. São Paulo: Via Lettera, 1999.
- MIRANDA, Elisabeth da R. **A debilidade mental**: uma posição subjetiva diante do Outro Materno. Rio de Janeiro: Clínica em Psicanálise/UERJ, 2002.
- PAGORELLI, A.L. et al. As pesquisas Sexuais e a produção de Saber de um caso de Debilidade. In: **IV Colóquio de Psicanálise com crianças** – pensando a sexualidade da criança do século XX. São Paulo: Instituto Sapientiae, 2016.

PRADO, Antonia, C. A. L. Lacan: da inibição à debilidade intelectual. **Inibição intelectual na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005. Cap. V.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTIAGO, Ana L. **A inibição intelectual na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

SCHMIDT, Athos. Ainda sobre a questão da sexualidade do deficiente Mental. **Escritos da Criança**, Porto Alegre: Publicação do Centro Lydia Coriat, n. 4, 1996.